

## ADUR apoia greve de profissionais da educação do RJ

Em greve há dois meses, reivindicando melhorias salariais e nas condições de trabalho, os professores da educação municipal e estadual realizaram um protesto no Centro do RJ no último dia 15/10. No dia em que tradicionalmente comemora-se o dia do professor, a ADUR-RJ se fez presente na luta que reuniu milhares de pessoas nos arredores da Igreja da Candelária. A multidão partiu para a Câmara Municipal de Vereadores, na Cinelândia, protestando contra a intransigência dos governos de Eduardo Paes e de Sérgio Cabral, que se recusam a negociar com os docentes em greve. A categoria briga por investimentos concretos no ensino público, tão sucateado por sucessivas gestões que, gradativamente, transformam a educação em mercadoria.

Os grevistas contam com o apoio do ANDES-Sindicato Nacional e de suas Seções Sindicais. A solidariedade também foi manifestada em diversas monções de apoio de várias entidades, movimentos sociais, sindicatos, universidades e de outros setores da sociedade, contando com adesão, inclusive, de pais de alunos das redes municipal e estadual.

No último dia 28/9, docentes que ocupavam a Câmara dos Vereadores, para protestar contra o envio do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS de Eduardo Paes, foram violentamente retirados por força policial. No dia 1º de outubro, para impedir novos protestos



FOTO: ADUR-RJ S. Sind.

e reações dos professores, o prefeito Eduardo Paes e vereador Jorge Felipe, presidente da Câmara, contaram com o auxílio do choque, transformando o Centro do RJ em palco de guerra. A aprovação do PCCS, feita de forma antidemocrática pelo Prefeito e pela base aliada, já foi cassada pela Justiça. Intransigente, Paes afirma que irá recorrer, ainda que o PCCS conte com rejeição de ampla maioria da categoria docente.

A situação para os profissionais do Estado também é tensa, pois Sérgio

Cabral também se recusa a negociar com a categoria e ainda ameaça exonerar os grevistas.

Contudo, no dia 15/10, foi divulgada a notícia de que Luiz Fux, Juiz do STF, suspendeu o corte de ponto dos grevistas, das redes Estadual e Municipal do Rio de Janeiro. Uma vitória para os professores destemidos, que lutam por um ensino de qualidade e pela valorização da profissão.

*Leia mais nesta edição especial*

**ENCARTE SOBRE ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DA ADUR-RJ:**

**24/10 - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DA CHAPA. Quiosque da ADUR, às 15h  
30 e 31/10 - ELEIÇÕES. Haverá urnas na sede da ADUR e nos Institutos**

## GREVE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO RJ

# Quando a greve da Educação vira caso de polícia

FOTO: Luiz Fernando Nabuco / ADUFF



Desde o dia oito de agosto que os profissionais de ensino das redes estadual e municipal do RJ se encontram em greve. Em pauta as antigas discussões que envolvem reajuste salarial, plano de carreira e melhoria nas condições de trabalho, assumem novas roupagens num cenário de contrarreformas e de reestruturação da natureza da escola pública, organizadas no Rio de Janeiro pelos governos do PMDB e seus secretários economistas, Risolia e Costin.

O projeto de submeter a educação pública aos interesses das classes dominantes não é novo, tampouco a tentativa de alijar as classes populares do domínio crítico dos saberes, como forma de mantê-las sob controle dos poderosos. Entretanto o que vivenciamos hoje é a tentativa de imposição dessa máxima da forma mais perversa possível, através da força desmedida e da violência.

Não é de hoje também que greves e manifestações de profissionais da educação são criminalizadas, e o avanço de interesses privados na área só intensifica esse processo. Vivemos um período onde a natureza dos currículos se encontra em disputa, não pelas diversas correntes do pensamento pedagógico, mas sim por Institutos e Fundações Privadas que enxergam na educação um importante nicho de lucros para a venda de seus pacotes “pedagógicos”: apostilas e projetos diversos.

Para que essa proposta se efetive no interior das escolas os professores precisam ser “disciplinados” no manejo dessas novas ferramentas de ensino, e é por isso que no coração dessa reforma estão os chamados professores “polivalentes”. O professor polivalente é aquele que irá ministrar diversas disciplinas, sem a formação específica para tal. Amparado apenas pelas apostilas, vídeos e demais aparatos concebidos fora do espaço escolar.

O rico exercício de planejar, debater, conceber o Projeto Político Pedagógico, as aulas, as avaliações, contraditoriamente vai deixando de ser tarefa daqueles profissionais que vivenciam cotidianamente os anseios, as frustrações e necessidades de estudantes e comunidades escolares.

Nesse sentido a tentativa de silenciar os profissionais da educação, e a sua luta em defesa da escola pública, compõe a face mais desumana de um estágio de dominação que não se satisfaz apenas com o apassivamento das massas, mas que visa também, e principalmente,

saquear recursos públicos que deveriam estar sendo investidos na escola e na valorização de seus profissionais.

É contra esse modelo que nós profissionais da educação nos insurgimos, tomando as ruas desde o mês de agosto e reafirmando que nossa luta vai muito além da reivindicação salarial. Ao localizarmos a disputa político pedagógica no centro da luta ultrapassamos de forma consciente o estágio meramente econômico-corporativo para um estágio de embate ético-político com os governos do estado e do município.

E é exatamente aí que mora o perigo, ao tomarmos as ruas denunciando o projeto de educação e de sociedade que está por trás das políticas de desmonte da escola pública e de ataque à seus profissionais, ocupamos o terreno da disputa ideológica derrubando o tão conclamado mito do “Estado Democrático de Direito”.

Ao assumirmos o protagonismo da disputa pelos rumos das políticas públicas para educação e para a nossa carreira nos confrontamos diretamente com os interesses privatistas das corporações e empresários que dominam essa cidade e estado, e que têm garantido a eleição e reeleição de governos e da grande maioria dos parlamentares. Por isso não nos surpreende a truculência e a repressão que se abateu sobre nós, trabalhadores da educação e sobre a nossa entidade de classe, o SEPE\*.

A violência desproporcional, o autoritarismo e a falta de democracia, direcionada contra trabalhadores da educação em plena luz do dia na Cinelândia infelizmente não é diferente daquela presente no cotidiano de favelas e áreas periféricas de nossa cidade e estado, e que ultraja nossos alunos. Talvez por isso também que a nossa luta tenha encontrado tanto apoio entre os pais e os próprios alunos das escolas públicas. A população não aguenta mais o descaso dos governos, a falta de ética, a corrupção generalizada. As mobilizações de junho pavimentaram o terreno para as nossas greves de agosto. O professor lutando também está ensinando!

**Wiria Alcântara** é Professora do Ensino Básico/Graduada em História e Mestre em Educação pela EPSJV – Fiocruz/Membro da Direção Colegiada do Sepe/RJ.

<http://lexitonaeducacao.com.br/index.php/educacao-actual/04-set-out-2013/74-quando-a-greve-da-educacao-vira-caso-de-policia>

## ENTREVISTA: ELIANE PEÇANHA

# “Não brincamos de greve”

*Eliane Souza Peçanha é formada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Desde 1998 é Professora na Rede Estadual. Exerce a docência no município do Rio de Janeiro há 14 anos. Atualmente, está na direção do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ - Sepe pelo Núcleo de Niterói e pela Regional 1. Não possui licença sindical e exerce a militância no Estado e no Município. Ela está em greve nas duas matrículas e conta como o prefeito Eduardo Paes e governador Sérgio Cabral, cada um a sua maneira, têm contribuído para a destruição do ensino público, não sem antes enfrentar a resistência de milhares de profissionais.*

**Por que os professores entraram em greve na rede municipal e na rede estadual? O que reivindicam?**

Nós, profissionais de educação das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro estamos em greve para defender os nossos direitos básicos, que passam por melhores condições de trabalho e valorização salarial. Estamos em greve para defender a escola pública frente ao ataques diante da política neoliberal desses governos; o direito do filho de um trabalhador ter uma educação de qualidade, que não seja uma educação minimalista e excludente.

A rede estadual reivindica matrícula em uma única escola (projeto votado e aprovado na Alerj, porém, vetado pelo Governador Sérgio Cabral). Hoje, temos professor com uma matrícula, dando aula em três, quatro ou até mesmo cinco escolas. Isso acontece muito com os professores de Filosofia e de Sociologia, que passaram a ter apenas um tempo de aula semanal, dobrado o número de turmas. Por isso, também reivindicamos o mínimo de dois tempos semanais por disciplina; não ao fechamento de escolas (o governo de Sérgio Cabral fechou 49 escolas em apenas um ano e meio); não a otimização de turmas (turmas são fechadas durante o ano para desonerar o governo, e o professor é obrigado a dar aula muitas vezes em sala com mais de 50 alunos, e muitos perdem sua origem). Queremos ainda eleição direta para diretores, tendo em vista que os diretores nomeados pelo governo não atuam pelo bem comum da unidade escolar, mas vestem a camisa da Secretaria de Estado da Educação - SEEDUC, contribuindo para a opressão dos professores e dos funcionários); um terço do tempo para o planejamento; valorização salarial de 20%; não à política de bônus e não à meritocracia. Além das pautas comuns ao Estado, a rede municipal tem como reivindicações a aplicação de 25% do orçamento municipal diretamente em educação; a redução do número de alunos em sala de aula; a climatização e a melhoria estrutural das escolas, a volta do 6º tempo de aula (para que os alunos tenham a mesma carga horária de escolas privadas ou da rede federal) e a elaboração de um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCR) unificado para todos os profissionais da educação.



FOTO: Arquivo Passos

**Por que a greve dura tanto tempo?**

Nas duas redes, a greve dura todo esse tempo devido a intransigência e o autoritarismo do governador Sérgio Cabral e do prefeito Eduardo Paes, perante os profissionais em greve. Desde o início, os dois governos e seus secretários de educação se mostraram fechados a negociações, inclusive contestando a representatividade do Sepe. Na rede Estadual, Cabral e o secretário Wilson Risolia ou ignoram os profissionais de educação ou nos reprimem com bombas, cacetetes e ameaças. Na última tentativa de sermos recebidos em audiência pelo governo em uma passeata unificada até o Palácio Guanabara, fomos parados no meio da rua Pinheiro Machado (Laranjeiras) por uma corrente de policiais que não deixavam nem os moradores passarem. Esse foi o diálogo do governo com os profissionais de educação. No caso da rede municipal, a greve terminou no dia 10 de setembro, mas a traição da Prefeitura, com a elaboração de um plano de carreira sem a participação da categoria representada pelo Sepe, fez com que retomássemos a greve e voltássemos às ruas no dia 20 de setembro.

**Quais foram os principais momentos, ao longo deste período de greve, que você acha importante destacar?**

As passeatas da rede municipal que levaram milhares de profissionais às ruas e receberam apoio incondicional da população; a ocupação da Seeduc e o acampamento na rede estadual, que confirmaram a determinação dos profissionais dessa rede e o poder repressor do Estado; a ocupação da Câmara de Vereadores, que mostrou para o prefeito e sua base que não estamos brincando de greve; os acontecimentos dos dias 28/9 (desocupação sob força policial), do dia 1/10 (votação do PCCR e repressão

do choque), a grande passeata do dia 7/10, que mostrou todo apoio da sociedade à luta da educação no rio de Janeiro. No entanto, estamos aguardando o dia 15 de outubro como o grande dia do professor, onde o nosso maior presente será a presença de milhares de pessoas nas ruas pela Educação.

### **Por que a categoria tem rejeitado o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCR), aprovado no dia 1/10? Quais são as consequências desse plano para a educação municipal?**

Apesar de o prefeito e de a grande mídia tentarem focar apenas a questão salarial, que também é importante, nos acusando de mercenários e intransigentes, a questão do PCCR do governo vai muito além. Este plano de carreira representa a morte da educação pública. É nefasto para a vida profissional dos educadores e para os alunos da rede municipal. Entre tantas barbaridades, podemos destacar que apenas os profissionais de 40h são contemplados no PCCR, representando 7% da categoria. Os profissionais de 16h, 22,5h e 30h, para pleitear algum benefício, têm como opção migrarem para 40h. Entretanto, nem todos os professores podem fazer esta opção, seja porque possuem duas matrículas ou por já possuírem mais de 15 anos na rede. Além disso, o artigo 4º do PCCR, por exemplo, cria o Professor de Ensino Fundamental – PEF – para o exercício de atividades docentes em turmas da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental, que institucionaliza o professor polivalente, que poderá dar aula de outras disciplinas apesar da sua formação específica, empobrecendo a qualidade da educação. De acordo com o PCCR, a progressão se restringe a sete níveis, e a diferença salarial entre os níveis da carreira e as gratificações por titulação são ínfimos. Conforme o artigo 17º, o enquadramento se dará “a partir de critérios e número de vagas a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, que não serão cumulativos.” Isso não garante que todos os professores com titulação sejam promovidos. A prefeitura também descumpra o acordo assinado com o Sepe quando deixa de lado os funcionários e esquece de mudar a nomenclatura das merendeiras para cozinheiras, o que acarretaria aumento no salário.

### **O prefeito diz que negociou com o Sepe e acusa o Sindicato de intransigência. O que você teria a comentar sobre as declarações dele?**

Após o início da greve da rede municipal, o prefeito teve uma postura intransigente dizendo que não negociaria com o Sepe por não reconhecer o sindicato como representante da categoria. Com mais de 80% da categoria em greve, o prefeito e a secretária foram obrigados a sentar com a comissão que representa a categoria para negociar algumas vezes. Por fim, foi elaborado um acordo entre as partes, onde a ata de compromissos foi assinada por todos. Neste acordo, estava firmado que seria aberto um grupo de trabalho com a participação do sindicato para discussão e elaboração de um plano de carreira unificado da Educação, entre outras pautas.

A categoria, dando um voto de confiança ao prefeito e à secretária Claudia Costin, resolveu interromper a greve e retornar às suas atividades no dia 10 de setembro. No dia 16/09, o prefeito Eduardo Paes apresentou sua proposta aos vereadores de sua base aliada, sem dar a chance para que os vereadores de oposição, o sindicato e a própria categoria tomassem conhecimento do conteúdo do plano, antes que este fosse enviado à Câmara dos Vereadores para ser votado em regime de urgência.

Tudo isso culminou com o retorno da greve no dia 20 de setembro; a ocupação da Câmara, quando a categoria disse em alto e bom som que não aceitava aquele PCCR; a desocupação de maneira truculenta no dia 28/9, onde vários professores levaram spray de pimenta, foram feridos com socos e cacetetes, levaram choque no interior da Câmara dos Vereadores. A repressão policial se repetiu no dia 30/9 e no fatídico dia 1 de outubro, quando a educação pública (redes municipal, estadual e FAETEC) foi violentada no corpo e na alma e toda a repressão policial se lançou sobre nós como se fôssemos bandidos perigosos. O plano de Carreira da Prefeitura foi votado sob bombas e pancadaria. A sessão de votação foi anulada pela justiça no dia 11 de outubro, mas o prefeito continua não querendo negociar, dizendo que vai recorrer.

### **Além da ameaça de corte de ponto, que outras medidas os governos têm adotado para pressionar o movimento?**

A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação - SME, e o governo estadual, por meio da SEEDUC, utilizam todos os meios arbitrários para frear o movimento grevista, desconhecendo o direito constitucional de greve e a decisão do STF. As duas redes decidiram pelo corte de ponto dos grevistas, e o jurídico do sindicato entrou com recurso no TJRJ e no STF, em Brasília.

Além disso, os Profissionais da educação em estágio probatório receberam telegramas da Comissão de Estágio Probatório do Nível Central da SME/RJ questionando as faltas, afirmando que eles devem comparecer na unidade escolar em três dias. Alguns profissionais do quadro permanente também foram notificados para comparecerem a escola para justificarem os dias parados.

Já o governo de Sérgio Cabral, numa postura tirânica, segundo denúncias de vários profissionais ao Sindicato e notícias veiculadas na mídia, está abrindo inquérito administrativo contra professores grevistas, com a justificativa de abandono de emprego e ameaçando-os com a exoneração.

### **Você acha que o movimento está perdendo fôlego?**

Apesar de todos os ataques dos governos estadual e municipal e do cansaço e esgotamento dos profissionais devido ao longo período da greve, nós entendemos que a nossa luta é digna. É uma luta contra o desmonte da escola pública, contra a retirada dos recursos da educação para a iniciativa privada através de projetos da Fundação Roberto Marinho, Bradesco, Instituto Ayrton Senna, entre outros. É a luta pela valorização do profissional de educação e do aluno da rede pública. A grande mídia tenta desqualificar o sindicato e o nosso movimento fazendo parecer que estamos lutando apenas por questões salariais, manipulando informações, criminalizando as manifestações e escondendo as arbitrariedades do governo e a ação truculenta da PM contra os profissionais de educação. Entretanto, a mídia alternativa vem fazendo o trabalho que a mídia tradicional se nega. As imagens da repressão e do ataque dos governos do RJ estão sendo veiculadas em todo o país e internacionalmente. A grande mídia mente, mas a sociedade está apoiando a luta da educação. Isso nos dá muito mais força e determinação para continuar na luta.